

**CIGANOS E MEDIAÇÃO: ESTUDO EXPLORATÓRIO  
SOBRE O SENTIDO DA MEDIAÇÃO EM CONTEXTO  
INSTITUCIONALNA PERSPETIVA DE UM INFORMANTE-  
CHAVE**

**Cristina Coelho**

IPP/Escola Superior de Educação de Portalegre

E-mail: cristinamrc@hotmail.com



## **Resumo**

Este texto decorre de uma investigação exploratória em que se pretendeu conhecer o sentido que os mediadores profissionais de etnia cigana atribuem à mediação que realizam em contexto institucional, tendo em conta que o projeto de criação da figura do mediador cigano emana de um poder institucional não cigano. Procura-se identificar e compreender o significado atribuído aos processos de mediação de, e pelos mediadores de etnia cigana através do testemunho de um informante-chave. Os resultados da investigação apontam para uma perspetiva de continuidade do formato de mediação tradicional/cidadã própria às pequenas sociedades de interconhecimento. Esta perspetiva permite entender a particularidade da forma como o entrevistado prevê a inserção institucional dos mediadores ciganos: procura a participação nas realidades e exigências contemporâneas e a facilitação de fatores de integração social que sabe residirem na cultura dominante, mas de forma vigiada, para que não haja introdução de ruturas com o sistema de valores e referências do grupo.

**Palavras-chave:** Serviço Social / etnia cigana/ mediação / contextos multiculturais



## Introdução

O processo de atribuição de sentido corresponde à construção de uma visão do mundo, isto é, de si próprio, da sua relação com os outros e da sua relação com o mundo. No contexto da intervenção social, em especial em contextos multiculturais, onde circulam vários actores, com diferentes posições na estrutura social e com interesses diversos, os significados que cada um atribuiu à realidade social, que é uma construção, divergem, ou não. A sua conjugação, realizada através de processos de negociação que são, por si, mediações, é um fator que propicia o sucesso da intervenção social. Assim, procura-se, com este texto, contribuir para um melhor conhecimento dos quadros de referência que os mediadores ciganos em contexto institucional mobilizam quando trabalham com técnicos e populações e como justificam o seu trabalho no contexto de uma tripla relação: consigo próprio, com os outros e com a sociedade em geral.

O trabalho empírico consistiu na realização de entrevistas não estruturadas a um informante-chave e foi exigente em tempo, conversas e viagens, determinantes para o estabelecimento de uma relação de confiança. A pesquisa assumiu um carácter exploratório, visando aumentar a experiência e a familiaridade com o problema estudado com vista a torná-lo explícito e, assim, elaborar prioridades e instrumentos de investigações futuras. O informante-chave foi selecionado de entre um universo de mediadores pelas suas características de bom conhecedor do campo da mediação, tanto numa perspectiva institucional, como na da mediação cidadã. Por outro lado, algum protagonismo assumido ao nível da liderança de processos de interlocução entre os grupos ciganos e o conjunto social envolvente conduziu à sua consideração como peça-chave, porque detentor de uma leitura abrangente da realidade da mediação cigana. Valorizou-se, assim, uma visão em *primeira-mão* e com o sentido da experiência pessoal. Esta opção metodológica enquadra-se numa linha de investigação qualitativa que se focaliza no ponto de vista dos atores/sujeitos. A metodologia escolhida ganha pertinência uma vez que a investigação se debruçou sobre um grupo social, pouco ouvido por um lado, que *conta* pouco sobre si por outro, e que não tem deixado, ao longo da sua História, traços escritos sobre a sua atividade e existência.

## Alguns conceitos e modelo de análise

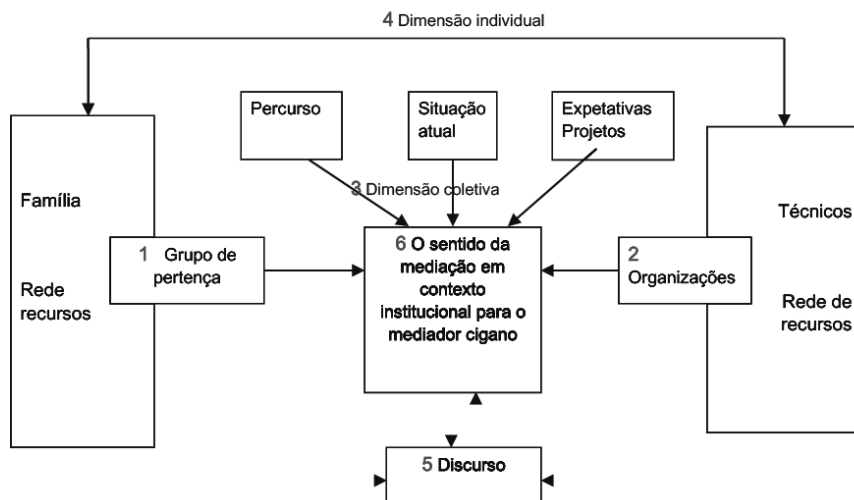
É importante referir que quando falamos de integração de minorias étnicas, e em especial quando associada a de grupos em situação de desfavorecimento social, consideramos que o que efetivamente constituiu o bloqueio a uma melhor e mais plena integração social reside na vulnerabilidade ligada às condições sociais, económicas e políticas de vida das pessoas. A integração não pode ser sinónima de homogeneidade cultural, ainda que a dimensão cultural mereça especial atenção no âmbito das sociabilidades com a sociedade envolvente.

O conceito de mediação, na sua aceção mais antiga, corresponde a uma definição jurídica que é a da resolução de conflitos entre duas partes, privadas ou públicas, através da ação de uma terceira pessoa neutra na procura de um acordo. Para que este aconteça, o estabelecimento de canais de comunicação entre as partes é uma condição indispensável para encontrar soluções que satisfaçam os interesses de ambas as partes. Ao longo dos anos, o conceito evoluiu e, de forma simultânea, o alargamento dos seus domínios (mediação social, comunitária, sociocultural, familiar, etc.), e, assim, também se diversificaram os perfis dos mediadores.

Na literatura consultada, podem identificar-se duas correntes principais e gerais de mediação segundo a sua natureza: a mediação institucional e a mediação cidadã (Almeida, 2001; Six, 1995). Para Six (1995), trata-se da mediação «homem» e da mediação «mulher», respetivamente. A primeira é realizada por mediadores que integram o organigrama institucional; são figuras profissionalizadas, formadas especificamente para o exercício das funções de mediação. Provêm de um poder estabelecido. A segunda é realizada por mediadores que emergem dos seus próprios grupos, surgindo de forma natural num contexto interacional pautado pela confiança.

Questionando a especificidade da mediação em contextos multiculturais, optámos pelo conceito abrangente de mediação intercultural apontado por Gimenez (1997: 142) e que se integra na tipologia apresentada: «modalidade de intervenção de terceiros, em e sobre situações sociais de multiculturalidade significativa, orientada para o reconhecimento do Outro e para a aproximação das partes, para a comunicação e compreensão mútua, para a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência, para a regulação de conflitos e de adequação institucional, entre actores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados». A mediação em contextos multiculturais realiza-se com o objectivo de oferecer consistência ao laço social existente e reconstruir os fragilizados ou inexistentes entre pessoas e grupos pertencentes a culturas diferentes e entre estas e o conjunto da sociedade. Trata-se de constituir traços de união e catalisar percursos de socialização a fim de integrar as diferenças, não de forma arbitrária, mas através do reconhecimento do Outro enquanto Outro, isto é, operar uma mediação sociocultural entre si/nós e o(s) Outro(s). Por esta via, a mediação cumprirá uma função facilitadora dos fatores de integração social, favorecendo a visibilidade social e o sentimento de pertença a um conjunto mais vasto através, por exemplo, da criação de oportunidades de entrada no mundo do trabalho ou no sistema educativo. Facilita o reconhecimento social, ou seja, o reconhecimento do valor da contribuição do Outro para uma comunidade concreta. Significa isto que o mediador vai enfrentar mecanismos de exclusão mais ou menos difusos no interior do conjunto da sociedade envolvente e um dos seus papéis será opor-se ao desenvolvimento daqueles baseados em estereótipos e preconceitos (Guglielmonti, 1998).

Para uma melhor compreensão do percurso de análise realizado, veja-se a figura 1:



**Figura 1:** Esquema conceptual sobre o contexto interacional de construção do sentido da mediação.

Parte-se da consideração da mediação enquanto busca da (re)instauração dos laços sociais e da facilitação dos fatores de integração social, com intervenção a 2 níveis: interindividual (micromediação) e societal (macromediação) (Almeida, 2001, Six, 1995). Helena de Almeida (2001) expõe a vertente da mediação enquanto mecanismo de regulação social: “a regulação social analisa-se como o conjunto de mecanismos através dos quais se criam, se transformam e desaparecem as regras. A regulação social toma a forma de mediações que têm como característica o fator de serem duais: simultaneamente sociais e interindividuais. Elas preenchem, nesta regulação, uma dupla função, latente e manifesta, ‘fazer sociedade’ e ‘regular conflitos’” (Almeida, 2001: 44). Nesta acepção, a mediação desenvolve-se a dois níveis: o nível interindividual, que corresponde à sua concepção enquanto modo não contencioso de regulamentação de conflitos, sob a égide de uma terceira pessoa e que corresponde à micromediação; um nível societal, macromediação, enquanto ação que relaciona dois termos a fim de constituir ou desenvolver o laço social. Six (1995: 34), refere-se a estes dois níveis como a «função mediação», que se «exprime não só nas relações interpessoais mas também nas relações que cada um pode ter com as instituições e entre outros, com as administrações destas últimas”. Ambas, micro e macromediação, constituem um *continuum* que varia segundo a forma como os atores representam o processo. Neste contexto, consideram-se, na análise, as partes envolvidas na mediação: grupo de pertença, onde se inclui a família e a rede primária de recursos (ou laço horizontal) (ver n.º 1 da figura 1) e as organizações e técnicos, inseridas na rede de organizações sociais que compõem o conjunto social e que constituem a rede secundária de apoio

(laço vertical) (ver nº2 da figura 1). A ação do mediador cigano, que opera a partir de um contexto institucional, será atravessada por uma dimensão coletiva (ver nº 3 da figura 1) oriunda dos objetivos, significações e intencionalidades dadas à mediação nesse contexto, e também pelos objetivos e significados emergentes do seu grupo de pertença.

A dimensão individual (ver nº 4 da figura 1) integra o próprio mediador com o seu percurso de vida, as suas expetativas e projetos enquanto indivíduo e a sua inserção em redes de recursos e influências. Neste contexto, que é interacional, constrói o sentido (ver nº6 da figura 1) do que faz, através do que pensa de si, dos outros e da sociedade em geral. Este sentido é expresso no seu discurso acerca do que faz, acerca de si próprio (percurso, situação atual, expetativas/ projetos), dos outros (grupo de pertença e organizações) e da sociedade em geral (problemas sociais).

## A MEDIAÇÃO NA PERSPETIVA DE UM INFORMANTE-CHAVE

### O percurso

Sobre o seu percurso, o informante-chave referiu a boa integração social de que o seu grupo familiar gozava no seu contexto de origem e, actualmente, auto percebe-se como 'homem de respeito', 'zelador' da cultura e tradições ciganas.

*Eu sou... (pausa) tenho uma temperamento mais ou menos positivo dentro da minha cultura, sou considerado uma pessoa ponderada e dando algumas ideias dentro da área de, de, de... do conceito, pronto, do conceituado cigano, de algumas lógicas que se vão perdendo, naquelas que se vão aproveitando sobre o saber estar e o saber para bem da cultura".*

A figura masculina de 'homem de respeito' desempenha, no âmbito dos grupos ciganos, funções de autoridade no seio das relações de parentesco, não tanto por causa da idade (ainda que muitas vezes sejam os anciãos), mas pelo seu percurso de vida, conduzido com correção e 'dignidade cigana' e pela detenção de determinadas qualidades como a "justiça, o 'dom da palavra', o fato de agir e interagir de forma correta com as pessoas na sua generalidade, quer sejam ciganos ou não ciganos" (Mendes, 2005, p.153). Se tiver conquistado o "prestígio como 'homem de respeito', a sua autoridade pode ultrapassar o grupo familiar e parental para que outras famílias ciganas o procurem para lhe pedir conselhos, podendo, inclusivamente, actuar como mediador em caso de conflito" (*ibidem*).

O exercício da mediação, no caso do informante-chave é anterior à sua inserção institucional, pois o papel de mediador era já exercido no seio do seu grupo de pertença, já na adolescência. Neste âmbito, a mediação, realizada em contexto institucional, profissionalizada, surge como o seu projeto para os jovens ciganos, não para si. Outro projeto/expetativa é o convívio entre crianças e



jovens ciganos e não ciganos, favorecendo o conhecimento mútuo como meio de desconstrução de estereótipos e preconceitos.

*“Porque há uma altura de pré-primária ou da escola... o melhor meio, no meu pensamento, de inseri-los logo nesta juventude... não é depois de 10, 15, 20 anos”.*

*“Pô-los a conviver... é que nascem amizades...”.*

## O contexto de mediação

### As instituições

No discurso do entrevistado, a questão da integração institucional, surge eivada de referências à não participação nas dinâmicas das organizações (não participam em reuniões, não são envolvidos na discussão das situações ou de estratégias de intervenção) e aos potenciais conflitos com os técnicos com quem trabalha directamente.

*“Há um gabinete qualquer, dá a impressão que gostam de mim, olha o sr. [mediador] e tal, mas se for analisar bem os macaquinhos que eles têm na cabeça...”.*

*“O problema é não me gramam porque eu faço o bem... a mentalidade do [técnico] que não se importa, quer é pô-los na rua, se eles estão a ocupar.. têm que ir para a rua, né?”.*

O conflito é referido em estado latente entre os vários elementos, por via de linhas diferentes de pensamento e de intervenção nas situações, decorrendo daqui a desarticulação das ações e o sentimento de isolamento.

*“É muito bonito ao princípio e depois acabam por largá-lo e deixá-lo à deriva. Aí ele perde o interesse”.*

*“Também depois deixa de ser protegido ou deixa de... ou começa por estar sózinho, quando só se apercebe das coisas depois das reuniões, não tem contato com as reuniões, não tem contato com nada, é apenas um empregado normal, portanto já não tem... perde o interesse”.*

A forma como descreve a relação e as práticas conjuntas com outros profissionais sugere uma continuidade, em contexto profissional, da segregação que se verifica em relação aos grupos ciganos, pois indicia tolerância da presença do mediador na equipa, não chegando a haver rentabilização do trabalho conjunto e das suas competências específicas. Sugere, assim, uma dinâmica administrativa de gestão das relações com o público cigano, sobre o qual existe a expectativa de que seja conflituoso, requerendo do mediador cigano um papel de controlo e amortecimento, no acesso a benefícios sociais e no âmbito de recursos escassos. No que diz respeito às expectativas dos técnicos sobre o seu trabalho, as respostas são vagas, deixando, no entanto, expressa a ideia de uma expectativa de atuação no conflito instalado, excluindo a possibilidade de um trabalho de prevenção.

*“Num certo sentido acho bem que elas tentem resolver os problemas sem a minha coisa.... só que às vezes elas aldrabam certas e determinadas coisas... em vez de fazerem comigo, fazem como elas querem e depois só me chamam, quando eu já não posso fazer nada...”*

As atividades de mediação surgem, no discurso do entrevistado, com o objetivo último de defesa do grupo de pertença, procurando a aplicação de princípios de justiça que, sendo os seus, corresponderão, alguns, também a critérios institucionais. Enquadram-se, nestes últimos, a gestão de pedidos que considera injustos, e da pressão que alguns elementos de etnia cigana exercem no sentido de superar critérios que definem o acesso a benefícios sociais.

*“Agora no outro dia também houve um que andava a chatear que queria uma casa e eu não gosto de mentiras, não gosto..... eu sei a vida que eles têm, por vezes não faço de intermédio.. como é que se diz?”*

*“Às vezes... porque eu sei... tens um jaguar... se tem um jaguar não precisa de um (pausa) vejo as coisas mas não..... pronto! (pausa). Agora foi dada uma casa, foi dada uma casa também... eu não quis estar... não me quis meter... depois dou-me mal”.*

O seu papel, enquanto mediador cigano, complexifica-se, em contexto institucional, tanto mais que o discurso do entrevistado indica a clara perceção de que a mediação se inscreve em processos de poder institucional, ou seja, numa relação de poder entre maioria e minoria e que o cigano goza, neste âmbito, de uma baixa credibilidade e prestígio social.

*“ [exemplificação com situação de Rendimento Social de Inserção] eu vou como mediador, mas eu vou tentar compreender a sua parte, o seu ódio que está lá dentro e tentar tirá-lo para fora, né..? Se vai falar, eles foram malcriados para mim, eles disseram-me isto, disseram-me aquilo... e tu foste malcriado para a doutora? Para a outra vez não faças isso. Vai consistir em que você desabafa e depois começo eu a falar. Porque ele está ao pé de mim e fica calado quando ele está cheio de razão. E eu estou a fingir que lhe estou a dar razão a si. É isto que não é ser verídico, não é...?”*

Luísa Cortesão et al. (2005, p.68) refere-se à organização sociocultural dos grupos ciganos e ao fraco domínio de alguns instrumentos cognitivos que lhes “permitam esgrimir os seus direitos a médio ou a longo prazo”, como fatores de impedimento de conquista de credibilidade. Nesta consciência residem ~duas das principais dificuldades do entrevistado: não perder a confiança do seu grupo, pois, com ela, desmoronará a sua ‘dignidade cigana’, o seu principal capital...

*“Depois acabo por mentir aqueles meus colegas que são ciganos, mas eu ao fim e ao cabo não sou político... Portanto os políticos mentem-me também, não é? porque são mentirosos, não é? Porque eles é que são ciganos, não é? eu que sou um cigano verídico e com a realidade da vida, vou completamente mentir aos meus...perco a minha credibilidade perante os meus”.*

*«Depois levo uma ação social, depois levo um psicólogo e depois qualquer dia mandam-me assim... olha vai dar mas é psicologia a outro, para outro lado,*

*que a gente já estamos fartos de ti... a gente queremos é uma casa, a gente queremos é uma escola, a gente queremos é água, a gente queremos... e vocês querem aqui é ganhar o dinheiro das instituições».*

...e deter um domínio suficiente dos instrumentos próprios de uma cultura que não é a sua, mas que lhe podem permitir lidar melhor com a desigualdade de poder.

*“Se eu tivesse aqui mais 7 ou 8 anos de estudo, de...eu sabia muito mais, procurando aquilo que eu sei mais o estudo”.*

*“Escrever para uma instituição de...uma instituição de certo mérito, é completamente diferente... uma questão de uma oração e podem interpretar de muitas maneiras, portanto, senão for bem direcionada”.*

O seu discurso denota um sentimento de dupla vulnerabilidade e com ela a denúncia da sua impotência para agir.

*“Sinto-me incapacitado por não poder fazer nada, não poder ajudar...”.*

*“Tem de haver outra coisa.. mas, como é que se faz? Como?! Eu não posso fazer mais... Eu não posso reivindicar com insistência, tenho é de falar todos os dias mas com, com, com... senão não me recebem. Tenho que ser ponderado, tenho que ter educação, tenho que ter.....”.*

## **O grupo de pertença**

O grupo de pertença do entrevistado é considerado, por este, como detentor de fortes raízes culturais e de práticas específicas. A relação entre os membros do grupo é marcada pela expectativa de lealdade.

*“Eu, pessoalmente, olho para um cigano, sem ser racista, puro a 100%, que sei que ele não me vai deixar mal, sei que ele, que no meio de....de....não me vai desestabilizar... não sei... há tanta coisa em comum que é difícil”.*

*“da mesma forma como uma mulher cigana consegue encobrir, que vai até ao fim, que sofre as consequências e essas coisas todas, os problemas que tem por causa dessa vigarice que eu fiz... e não me vai deixar, desiludir... pelo contrário me apoia, né...?”.*

Fernandes (2005:13) nota que a necessidade de afirmação étnica é “uma função da adversidade do meio social envolvente, acentuando-se, nestes casos, a tendência para o fechamento e para a vivência das tradições próprias”. As relações que se estabelecem entre as famílias ciganas e os grupos sociais que os rodeiam são dominadas pela oposição Nós ciganos/Eles não-ciganos. Os ciganos identificam-se por referência à população com quem convivem e à qual não se associam (Fernandes,2005; Liégeois, 2001). Em Portugal, o termo senhor designa, na generalidade, os indivíduos não-ciganos e a oposição não é pontual nem insólita: ela inscreve-se no quotidiano dos indivíduos. O Outro, quer seja uma pessoa apreciada ou não, próxima ou desconhecida, é sempre assim qualificado. Nesta oposição reside um fator importante de resistência aos processos de

assimilação. O discurso do informante-chave sobre a relação entre ciganos e não ciganos reflete estas dimensões, apontando as seguintes características:

Independência face aos não ciganos, ao 'resto' da sociedade, compensada por uma forte integração no grupo de pertença...

*"A gente não precisa deles, a gente hoje em dia temos uma vida...a gente vai à venda com uma carrinha que custa 3€, levamos 7 ou 8 ou 10 ganhamos 1 conto, vimos para nossa casa, comemos o que queremos".*

...reforçada por um sentimento de desconfiança generalizada...

*"Temos sempre uma desconfiança com vós que nunca.... se... porque com o ritmo, com os anos e anos, nunca conseguimos ter uma confiança em vocês, né...? somos muito amigos, muito amigos, muito amigos mas quando na área da dificuldade as águas dividem-se logo completamente..."*

... as relações com os senhores são pontuadas de exceções, pelo reconhecimento de capacidade de escuta do outro. Segundo o entrevistado esta capacidade surge aliada ao seu nível cultural.

*"E depois, do outro lado, quanto mais culta é a pessoa, melhor o escuta... é... e isso é uma grande dificuldade também... quanto mais a cultura do outro lado é maior, tem licenciatura e mais educação, mais.....Antes quero falar com um secretário, com um ministro, com isto, com aquilo do que tar a falar com o tio João da rua..."*

Para um não cigano tornar-se cigano é uma impossibilidade...

*"No meio de.....determinadas coisas...dá sempre a sua.....nunca aprende, nunca aprende, é muito raro aprender aquilo que nós temos, que está interiorizado em nós..."*

...no entanto, o informante-chave demonstra tolerância face ao casamento misto e, assim, à integração no seio do grupo de elementos exteriores.

*"E nós compreendemos porque...compreendemos porque temos as nossas filhas e temos que, que levar com aquele que não é cigano".*

*"Antigamente era completamente diferente, mas agora pronto....como as nossas filhas gostam dessas pessoas que não são ciganas, os pais....pronto a gente tem que os aproveitar, né? É assim, né?"*

Interessante é notar a tolerância do entrevistado face ao casamento misto. Este é, tradicionalmente, endogâmico e, enquanto tal, é uma prática que favorece a reprodução social e cultural dos grupos ciganos. É considerado por Mendes (2005, p.133) como um "acto constitutivo do grupo familiar e das relações de parentesco, assumindo particular relevância na estruturação e coesão interna do grupo étnico cigano". A abertura do entrevistado relativamente ao casamento misto, ainda que nos termos de "temos de levar com eles" ou "temos de os aproveitar", indicia um certo grau de assimilação.

Relativamente aos problemas que os grupos ciganos enfrentam, aponta um indicador que conduz à perceção da assimilação dos grupos ciganos e que é a perda de valores associada ao tráfico de droga. Teresa San Román (1997:203)

afirma que “a venda de droga supõe a aplicação da estratégia tradicional de produção que combinava integração precária-marginalidade-ilegalidade ou as alternava, e, ao mesmo tempo, é (...) o veículo mais potente de assimilação dos ciganos à nossa sociedade”, ainda que por um dos piores lados do mundo não cigano.

*“Houve uma invasão de culturas intermédias, houve uma invasão de dinheiro da droga, disto e daquilo e do outro em que o cigano muitas vezes perdeu a sua dignidade, a sua resposta de verdade e perdeu-se muito na conceituação da realidade cigana”.*

*“Portanto, em princípio... à uma nós não a vamos buscar, portanto ela cai como passarinhos que caem aqui... depois acontece que depois quem fica bem, fica bem com a droga e não se lembra... é os bons carros, é as vivendas e... depois desse tar rico tenta os mais pobres, portanto é uma situação que vai... vai-se acumulando, vai-se infiltrando... é um mal que veio para mal de todos”.*

O tráfico de droga, sendo grave para o conjunto da sociedade, apresenta consequências específicas para os ciganos. Por um lado, tem implicado o agravamento da representação que a sociedade dominante tem dos ciganos, através do desenvolvimento do estereótipo do cigano-traficante. Este fato tem gerado fortes tensões com a sociedade envolvente e agravado o controle institucional sobre os grupos ciganos. Por outro lado, a nível interno, o tráfico implica cisões, pois o enriquecimento de uns sugere formas de autoridade que não gozam da legitimidade tradicional, uma vez que corroem a hierarquia tradicional, as estruturas parentais e as solidariedades.

Outro dos problemas referidos é a falta de desenvolvimento dos grupos ciganos, no sentido em que apresentam um baixo domínio dos modos de funcionamento e dos meios técnicos mais elementares que lhe permitam enfrentar a cultura dominante de uma forma afirmativa.

*“Num certo desenvolvimento, aquele em que estamos, ainda estamos tão atrasados que ainda não temos a capacidade para nos desenvolvermos a nós próprios”.*

*“É mais uns 20 ou 30 anos de atraso, atraso na questão do conhecimento, na questão da escolaridade que é aquilo que nos realmente falta...”.*

*“Depois não podemos, não temos uma escolaridade, não temos cidadania, não temos educação, não podemos arranjar um emprego. Temos de andar com o burrito tic tic tic...”.*

## **A sociedade em geral**

De uma maneira geral, o discurso do informante-chave centra-se na sua perceção dos mecanismos conducentes a uma forte diferenciação social dos grupos ciganos e na hostilidade do meio, identificando processos de desvalorização e exploração da diferença, sempre definida pela negativa.

A este propósito, Mendes (2005, p.190) explicita, de forma sintética, alguns conceitos importantes para a leitura dos dados: “a segregação remete para práticas que colocam à distância e afastado o grupo racizado, reservando-lhe espaços próprios, mais ou menos restritos, enquanto a discriminação impõe ao grupo racizado um tratamento diferenciado em diversos domínios da vida social, inferiorizando os modos e as formas segundo os quais ele participa”.

*“Nós não temos justiça, grandes injustiças, temos aqueles problemas que eles não têm voz, não sabem onde é que hão de ir, não sabem onde é que se hão de dirigir e quem eles têm..?”.*

A discriminação surge, no discurso, traduzida em ausência de reconhecimento das capacidades das pessoas ciganas e do valor social do seu contributo conduzindo, no plano prático, ao impedimento de desenvolvimento de projetos/atividades. Aponta este tratamento como desmotivador de um desejo de maior participação social. A motivação e mobilização para a participação social dos grupos, maioritários ou minoritários, dependem do reconhecimento que realizam das vantagens para a conformidade às normas dominantes (Walgrave, 1994). Neste caso, nenhuma vantagem parece ser reconhecida e as tentativas surgem frustradas.

*“Ainda o medo das outras instituições...não nos dá aquilo que nós sabemos fazer facilmente... Como a questão de ser presidente de uma associação, ou de médias empresas, de certas e determinadas coisas que não se precisa de ser licenciados”.*

*“Eu até cheguei a dizer à [mediadora cigana]... em particular... tu queres uma creche, senão ta dão, andas por aqui e por ali... porque não lhe dão uma crechzinha dela...? Para aqueles meninos? Uma creche com 2 ou 3 meninas ou 2 ou 3 doutoras..... não havia problema e ela não perdia o tipo dela”.*

O racismo surge na entrevista na sua faceta de mecanismo de exclusão, indiciando práticas de perseguição e parte integral da socialização das crianças e jovens:

*“Não foi aos animais que lhes cortaram a água mas foi às pessoas em si, porque hoje em dia já não há poços, não há isto, não há aquilo e onde é que aqueles ciganos... têm realmente de comprar água para beberem e os animais... não dão... e isso é desumano...”.*

*“Há aqui uma questão de racismo, que é aquilo que faz toda a diferença... faz com que nós não cedemos o braço um do outro, portanto, nós procuramos integrar-nos, mas depois...”.*

*“Sentem, as crianças sentem, mas é na questão de outro termo, é na questão da brincadeira... o cigano quer andar na roda, na brincadeira ou no jogar à bola, vai sentindo... vai crescendo”.*

A assimilação é outro aspecto abordado, relacionando a integração profissional e escolar em contextos não ciganos com o risco de “perder o tempo” de preparação para as actividades da ‘vida de cigano’, deixando, depois, o indivíduo cigano vulnerável nos espaços ciganos e agravando a mesma nos

espaços não ciganos. Este é um aspecto abordado enquanto fator de resistência à frequência escolar.

*“E depois deixou de ser cigano... que é aquilo que eles próprios queriam, né? E agora vamos ver, que agora não tem os alicerces de vida.... agora não tem.... vai vender camisolas.....”.*

*“Andou 13 ou 14 ou 15 anos, no fim de 15 anos nunca chegaram a fazer um contrato de trabalho e durante 15 anos nunca foi... e ao fim de 15 anos... mandaram-no embora porque já não tinham falta dele, usaram outro de outro lado, outro que não é cigano, portanto.... mandaram aquele... e o rapaz disse, né...? o cigano disse, mas vou embora porquê? Ando aqui há 14 ou 15 anos, perdi o meu tempo de cigano, não aprendi aquilo que havia de aprender como cigano”.*

Outros problemas, relacionados com a ação das instituições, prendem-se com a falta de vontade política e a incapacidade das organizações para promover a integração social.

*“Falta desse apoio, falta na questão de diretivas que possam elevar-nos a acompanhar outras culturas, em que não há uma vontade das instituições governamentais nem das outras instituições”.*

O seu discurso denota a consideração de que as organizações que trabalham com ciganos reforçam as representações negativas.

*“Estas instituições que dão o nome para ajudar os ciganos (...) que os ajudem, hã... na questão da educação e da cidadania, hã...porque estas instituições é que estragam o nome, o nome completamente nosso, né...?(zangado)”.*

*“Porque há instituições que estão a trabalhar connosco há 35, 40 anos, nunca conseguiram formar uma criança, nem mesmo com o 9º ano, nunca conseguiram fazer nada deles, portanto, eu aproveitava até para dizer que se não conseguiram fazer nada dessas crianças, desses ciganos que retirem, realmente, o nome que têm das instituições que têm o nome com o cigano”.*

A falta de confiança nas instituições é expressa, pelo entrevistado, como descrença na sua capacidade inclusiva.

*“Portanto se não consegue captar um que seja mesmo cigano puro... portanto... não há mesmo vontade... por isso eu digo que já não acredito em nada do que esta gente diz”.*

*“Não os aproveitam... Não aproveitaram o [mediador cigano institucional], não aproveitaram este que é o [formador cigano] nem o irmão, não aproveitaram aqueles do Porto, não aproveitaram o de Braga e portanto...”.*

Liégeois (2001, p.47) defende que os poderes públicos têm consciência da negatividade excessiva com que a sociedade envolvente representa a população cigana. A consciência falha, no entanto, quando não se dão conta de que as suas próprias imagens, a forma como designam o Outro e em que baseiam políticas e organizam respostas, são, igualmente, erradas. ‘Arrumando-os’ em categorias como “o grupo mais desfavorecido”, “o mais necessitado”, atribuem a si próprias “com alguma ligeireza, o dever e conseqüentemente o direito, de intervir socialmente, estipulando que as dinâmicas culturais, sociais e económicas dos

Ciganos são apenas recordações” (*ibidem*). Estas representações acabam por naturalizar a sua exclusão, pois “a banalização produz a indiferença que avaliza qualquer proposta política de controle, disciplinamento e minimização das suas mazelas” (Carvalho, 1994, p.86).

## O MEDIADOR CIGANO

As funções atribuídas ao mediador em contexto institucional, sistematizadas a partir do discurso do entrevistado, são seis. Uma primeira refere-se à melhor comunicação estabelecida pelo mediador cigano, baseada numa relação de confiança, e à qual se associa outra função: a de oferecer segurança aos elementos do grupo de pertença na relação com as organizações.

*“Dar-lhe a entender, embora as técnicas falem (...) mas o cigano fala depois à cigana e, então, a maneira como os ciganos vão compreender é a maneira que eles vão acreditar nesse mediador porque ele tem maneiras para falar, não tão teoricamente, mas à maneira dele, ele fala para eles e esse mundo é compreendido à maneira, porque não... porque eles julgam que ele está a falar verdade”.*

Esta ideia vai de encontro à desconfiança, tema já abordado, face às instituições. Desta decorre um sentimento de vulnerabilidade societal que é definido por Walgrave (1994, p.88) como o risco que se corre, aquando do contato com as instituições sociais, de falta de poder para fazer valer interesses.

*“ [em situação de absentismo escolar] que a aluna tenha medo e não queira ir à escola, portanto se for isso, o mediador consegue levá-la, levá-la à escola e ver qual é o problema”.*

Por outro lado, é apontada uma função a nível da regulação da relação com as instituições, organizando-a, numa lógica de representação do grupo.

*“Ó Quim tu vais fazer aqui de mediador entre os ciganos e a Câmara, portanto, vais falá-las... vais ver... fazer um apanhado, não interessa... se o presidente acreditasse nele, naquilo que ele dizia, umas coisas pode falar, outras não pode falar, né...? portanto... sabia das condições mais ou menos das coisas que eles querem... escusavam de ir lá de cima 50 ciganos todos a gritar ao mesmo tempo, fazia um apanhado do que eles queriam, porque isto é... porque cada caso é um caso, cada problema é um problema, né...?”.*

*“Sr. Comandante da polícia, este casal vai para Espanha durante 2 ou 3 meses se houver alguma coisa, faz favor, diga-me alguma coisa que eu procuro, que eu telefono para eles... é do desemprego?... o que é que é? ai é uma multa... fugiu com a carta, fugiu sem a carta, o carro tinha sido apreendido... uma coisa qualquer, depois vai com 20 ou 30 contos ao advogado.... e o cigano volta ao seu lar onde estão os seus pais e os seus filhos...”.*

Neste nível, o da comunicação entre agentes institucionais não ciganos e indivíduos/grupos ciganos, o mediador tem a função de explicitar normas e problemas culturais do grupo cigano para ambas as partes...



*“Explicar o comportamento... não vá agora a professora... tens de almoçar, tens de comer carne, a carne faz bem, menina! Mas a criança não vai explicar porquê, que é um conceituoso fora, diferente, da outra cultura e não vai dizer porque as outras pessoas, as outras meninas se vão rir daquela dizer que não pode comer carne, não é?”.*

*“Ora o que é que se encontra aqui...? É a maior parte das vezes os alunos e os professores não serem compreendidos...”.*

*“E o mediador às técnicas o que pode ser feito, o que pode ajudar, o que é que não pode ajudar, qual é... na questão de educação dos pais, na questão da educação da higiene, na questão de qual o problema de não foi naquele dia à escola, até pode ser um problema que o aluno tenha... como é?”.*

Neste âmbito surge a função de apoio individualizado a elementos de etnia cigana, referenciando-se ao contexto escolar.

*“Realmente como ele tem o 7º ou 8º ou 9º ano pode muito bem ensinar aqueles alunos mais atrasados...”.*

A mediação cumpre, também, a função de promover mudanças no seio do grupo, no sentido de um maior conhecimento que lhes permita uma melhor adaptação ao mundo contemporâneo.

*“É bastante bom saber para que ele possa dar muito, muito conhecimento àqueles que ele vai intermediar, porque sabem que não pode ser tudo realmente como os ciganos querem e fazer-lhe compreender, a certos e determinados, que a vida vai-se modificando pouco a pouco...”.*

Sobre o mediador cigano, o informante-chave traça um perfil onde todas as características giram em torno da sua emergência a partir do próprio grupo, sendo esta a garantia de legitimidade para mediar no contexto do grupo de pertença, das organizações não ciganas e do todo social.

*“Se calhar até há outro que fala muito melhor, pronto mas os outros deram-lhe aquela base, né..? aquela base para ele falar, para estar à vontade”.*

*“é aquele que está porque todos os outros pais, primos lhe consentiram... vai lá tu falar”.*

Esta legitimidade será conquistada através de provas dadas de uma boa interiorização e prática do ‘conceituado’ cigano (valores e normas). Neste, o informante-chave, inclui a interdição à função de mediação às mulheres. Denota, no entanto, tolerância perante este fato, justificando-o pelo seu desejo de desenvolvimento.

*“Eu já me ultrapassa essas coisas todas...ultrapasso tudo porque...agora cá está... quero é que se desenvolva. Mas muitos dos meus colegas com a minha idade, com as minhas maneiras... já normalmente, já não olham muito bem para a [mediadora institucional], para o trabalho que ela faz...”.*

*“É preciso mesmo ser um cigano e pensar que naquela altura quando está a falar com os ciganos, ou está dentro de uma comunidade cigana, ele tem de ser cigano normalmente”.*

*“Quando chega aos 16 anos, 17, 18 anos ele para entrar dentro do grupo tem*

*de ter as suas condições também, não pode ser drogado, não pode ser... eh... não pode ser desrespeitador para os seus, tem de ter em conta que... que realmente... que é aquilo que eu disse de estar dentro da comunidade, né...?”*

O mediador cigano que actua em contexto institucional é, também, diligente junto das organizações e na resolução dos problemas do seu grupo de pertença...

*“Como eu disse ao princípio tem de ser, tem de mexer, não pode ser um qualquer, tem de ser mesmo ele próprio...”;*

*...possui uma capacidade inata para a mediação...*

*“Um mediador... quem é mediador normalmente nasce logo, né?”;*

*“E a mediação está cá dentro... o que a faz cá dentro são as investidas da vida.. acho que nós somos sociais sem esse curso, acho que nós temos cá..”*

*...associada à capacidade de liderança...*

*“O mediador tem de ser...ele tem que ser líder, ele tem que ter comunicação... isto nasce com a pessoa”.*

*...e conhecimento sobre a cultura dominante.*

*“Por ex. o [mediador cigano institucional] é considerado uma pessoa da nova geração de ciganos, portanto é um menino que sabia um bocadinho de inglês, um bocadinho de francês, desenvolvido”.*

O processo de socialização configura a *fatia* formativa mais relevante, pois traduzir-se-á na construção de uma consistente identidade: uma identidade étnica de resistência que permita a partilha do mundo social, a veicule e transmita à sua volta. Desta forma, a reprodução social e cultural não corre tantos riscos. A formação formal do mediador, a realizada em contexto não cigano, ainda que reconhecida, surge como um complemento às aprendizagens realizadas nos contextos informais da “vida de cigano”, estes sim, indispensáveis.

*“Aprender a questão da cidadania e cultura e saber estar e de educação”.*

*“Não interessa (se estudou) não é a questão do 9º ano, é a questão da prática que se apanha a falar inglês, de falar francês... se for ver no Algarve qualquer miúdo cigano fala correta ou melhor...corretamente, porque habitua-se a vender a calça, o sapato, a querer enganá-los, o relógio, a caneta e portanto chega sempre um tempo em que é completamente...não precisa ir à escola...”.*

Desta forma, o cumprimento das funções do mediador cigano, em contexto institucional, será feito com a segurança de não pôr em causa os modos de vida e os seus equilíbrios internos.

## CONCLUSÃO

Quando em contexto institucional, o mediador cigano entra no coração da sociedade dominante, na sede de um contexto de relações de poder entre minoria/maioria que se estabelecem no quadro geral das instituições do grupo maioritário. As organizações onde os mediadores ciganos se inserem, são instituições pertencentes à cultura dominante, destinadas a produzi-la e

a reproduzi-la e, assim, a procurar a normalização das relações sociais. Estas organizações, destinando-se a promover a integração social, detêm, em si, os próprios mecanismos da exclusão.

Para o informante chave, o grupo cigano, enquanto minoritário, apresenta uma situação de desvantagem no que diz respeito ao acesso a recursos e ao poder, e a posição institucional do mediador cigano reflete essa situação. Almeida (2001, p.68) refere que a posição institucional, a ocupada na pirâmide hierárquica de uma instituição, condiciona, entre outros aspectos, o poder de opção e de decisão relativamente ao próprio trabalho, pois influencia o acesso a informação e a capacidade de participar nas decisões e linhas programáticas da própria organização. Desta forma, a capacidade de ação do mediador é muito condicionada ao contexto institucional e esta ideia é expressa pelo entrevistado quando refere aspectos como o não reconhecimento do mediador, a ausência de trabalho em equipa e o isolamento.

Haverá encontro entre os objectivos atribuídos pelo mediador cigano à mediação e os das instituições? A lógica institucional remete para a sua realização de forma a evitar/amortecer conflitos entre os serviços e os seus utilizadores mas a sua pertinência social reside no seu potencial de humanização dos serviços, através do estabelecimento de uma comunicação adequada, permitindo a superação dos seus disfuncionamentos administrativos e burocráticos. Ou seja, se perspectivada como simples forma de melhorar a eficácia da prestação de serviços, a mediação empobrece o seu carácter de reconstrução das relações sociais e de criação de laços comunicacionais. A interculturalidade é mais do que o reconhecimento de diferenças e a sua aceitação. Implica algo mais difícil que é a criação de dinâmicas dialógicas e de enriquecimentos mútuos. Implica o reconhecimento do Outro, das suas capacidades e competências. A independência requerida pelos grupos ciganos, a forte identidade étnica, o seu fechamento defensivo, parece não se compadecer com esta realidade institucional e o discurso do informante chave denota estratégias marginais à perspectiva institucional, desenvolvidas em função do seu grupo de pertença.

Nesta linha de pensamento e relativamente ao entendimento feito pelo informante-chave sobre a mediação cigana em contexto institucional, desenha-se a ideia de que o cigano, quando adere ao projeto institucional de mediação, o faz numa perspectiva de continuidade do formato de mediação tradicional/cidadã própria às pequenas sociedades de interconhecimento. Este configura o formato próprio à mediação existente e praticada pelos grupos ciganos para a regulação das relações de parentesco e das relações com o exterior; enfim, para resolução dos problemas da vida quotidiana. A mediação, sendo exercida pelos *homens de respeito*, cumpre duas funções: por um lado, a preservação do *conceituado* cigano, por outro, a garantia de uma relação com as instituições que deverá ser *vigiada*. *Vigiada* porque, nesta relação, existe o risco de intrusão de elementos do exterior que não deverão impor-se como fator de desestabilização do seu estilo de vida, ao ponto de os alterar. Na perspectiva do informante-chave, o mediador

cigano deverá gozar da legitimidade oferecida pelo grupo de pertença, sendo esta a garantia da possibilidade de uma intervenção adequada, dada a relação de desconfiança generalizada, e contenciosa, existente entre grupos ciganos e instituições não-ciganas e a necessária manutenção de equilíbrios internos. Este modo de apropriação da mediação em contexto institucional inscreve-se nas estratégias privilegiadas de relação com as instituições não ciganas: dominar um mínimo de códigos utilizados pelos seus interlocutores quotidianos, os não-ciganos (uma área que permite exemplificar esta ideia é o da relação com a escola, cuja frequência é realizada durante o período bastante para a aprendizagem da leitura e da escrita). Daí que a formação dos mediadores realizada pelas organizações assuma um valor relativo, reconhecendo, no entanto, a importância do domínio de elementos da cultura dominante. Se o futuro mediador tiver passado com sucesso a prova da construção da *dignidade cigana*, isto é, tiver construído uma forte identidade e conquistado o respeito de *cigano a 100%*, pode assumir funções no exterior, porque terá os instrumentos necessários para controlar o processo de assimilação. O próprio informante-chave exprime opiniões que surgem, já, como valores flexibilizados (tolerância face ao casamento misto, protagonismo associativo) e, neste sentido, assimilações. No entanto, estas não parecem afastá-lo do seu caminho cigano. Esta perspetiva permite entender a particularidade da forma como o entrevistado prevê a inserção institucional dos mediadores ciganos: procura a participação nas novas realidades e exigências contemporâneas e a facilitação dos fatores de integração social que sabe residirem na cultura dominante, mas de forma vigiada, para que não haja introdução de rupturas com o seu sistema de valores e referências.

A emergência dos mediadores ciganos pode constituir, efetivamente, um ponto de mudança nas formas de relacionamento entre ciganos e não ciganos, com especial incidência na relação com as organizações. O mediador, constituindo o potencial de uma ponte entre grupos cultural e socialmente diferenciados, é um agente importante para a promoção de diálogos e aproximações. Como Dagnino (1994, p.109) refere, há que realizar “um processo de aprendizado social, de construção de novas formas de relação, que inclui de um lado, evidentemente, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, mas também, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que foram definidos social e culturalmente para eles”.

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Helena (2001). *Conceptions et pratiques de la médiation sociale, Les modèles de médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux*. Coimbra : Fundação Bissaya-Barreto/ISBB.
- Bourque, Renée (2000). Les mécanismes d'exclusion des immigrants et des

- réfugiés. In Gisèle Legault (dir.), *L'intervention interculturelle* (p. 85-108). Montréal : Gaëtan Morin Éditeur.
- Carvalho, Maria do Carmo (1994). Assistência Social: uma política pública convocada e moldada para constituir-se em "governo paralelo da pobreza". *Revista Serviço Social & Sociedade*, 46, p. 30-42
- Coelho, Cristina (2005) *Entre cá e lá: ciganos e mediação, Estudo exploratório sobre o sentido da mediação em contexto institucional na perspetiva de um informante-chave*, Tese de mestrado em Serviço Social, Lisboa: ISSSL.
- Cortesão, Luísa, Stoer, Stephen, Casa-Nova, Maria José & Trindade, Rui (2005). *Pontes para outras viagens – escola e comunidade cigana: representações recíprocas*. Lisboa: ACIME & FCT.
- Dagnino, Evelina (1994) Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In Vários (1994) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, p.103-115
- Fernandes, A. Teixeira (2005). Prefácio. In, Maria Manuela Mendes, *Nós, os Ciganos e os Outros: etnicidade e exclusão social* (p. 11-15). Lisboa: Ed. Livros Horizonte.
- Giménez, Carlos (1997), «La Naturaleza de la Mediación Intercultural», *Revista Migraciones*, nº2, Instituto Universitario de Migraciones, Madrid, Universidad Pontificia de Comillas, pp.125-159.
- Guglielmonti, Bruno (1998). Le role du mediateur. *Formação de formadores em comunicação intercultural - Vol. I* (textos policopiados), Grenoble: Programa Leonardo da Vinci.
- Lemaire, Élise & Poitras, Jean (2004). La construction des rapports sociaux comme l'un des objectifs des dispositifs de médiation. *Esprit critique*, 16(3), p.17-29.
- Liegeois, Jean-Pierre (2001) *Minorias e Escolarização: o rumo cigano*, Ed. Centre de Recherches Tsiganes e Secretariado Entreculturas, Lisboa.
- Mendes, Maria Manuela Ferreira (2005). *Nós, os Ciganos e os Outros*. Lisboa: Livros Horizonte.
- San Román, Teresa (1997). *La diferencia inquietante. Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos*. Madrid: Siglo XXI de España Ed.
- Walgrave, Lode (1994). Vulnerabilidade social e ação social. In Marc-Henry Soulet (org.), *Da não-integração* (p. 75-106). Coimbra: Quarteto Editora.
- Six, Jean-François (1995). *Dynamique de la médiation*. Paris : Desclée de Brouwer.